



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

**5ª REUNIÃO DA CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA**

**Data: 04/09/2020 – 09h15m**

A 5ª reunião do Comitê Gestor foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

**Participantes:** *Ada Helena (Conselheira Tutelar – RPA 06-B); Alessandra de Lima Araújo Diretoria (Executiva de Vigilância a Saúde do Recife); Ana Maria de Farias Lira – Conselheira do COMDICA (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Hemi Vilas Bôas Conselheira do COMDICA (CIEE); Anderson Silva (Escola de Conselhos de Pernambuco); Augusto Lepre de Souza (UNICEF); Eduardo Paysan Gomes – Conselheiro do COMDICA (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos); Vesta Pires - Conselheira do COMDICA (Procuradoria Geral do Município) Josinês Barbosa Rabelo (CERCCA); Larissa Couto Rabelo (Secretária da Mulher); Maria de Lourdes de Sousa (Fórum DCA Recife); Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCCA); Maria Thereza Antunes e Paulo Fernando da Silva (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COMUD); Eliane Maria Bezerra ( 1ª e 2ª VCCA); Wendel Jorge da Silva Moraes (Conselho Tutelar RPA 03 A); Ozeias Paulo da Silva (Conselho Tutelar RPA 03 B); Dideanne Nunes ( Conselho Municipal de Assistência Social); Andrea Ricardo de Catsro do COMDICA (Secretaria de Educação); Wilson Junior ( Conselheiro Tutelar RPA-04); Lenildo Ferreira (Inspetor – Guarda Civil Recife); Rita de Cassia Ursulino Freire (Instituto de Medicina Legal Antonio Persivo Cunha – IMPLAC); Major Eduardo Scanoni (Polícia Militar de Pernambuco; Larissa Couto Guedes (Centro de Referência Clarice Lispector); Vanessa Karla Souza Pessoa (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos); Márcia Regina Batista Valle (Conselho Municipal de Direitos Humanos); Dra. Patrícia Barbosa Leão (Ordem dos Advogados do Brasil-OAB)*  
**Técnicos:** *Angélica Araújo e Luiz Eduardo (Comunicação) e Roberta Sartori (Sociopedagógico)*

**Apresentações**

Esta foi 5ª reunião do Comitê Gestor da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de violência, na modalidade online pela plataforma Google Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 09h15min.

A técnica Roberta Sartori passa a agenda das reuniões realizadas e agendadas pela Coordenação Executiva deste Comitê, das quais: 02/09/2020 ocorreu à reunião com a Polícia Militar de Pernambuco com a representação do Coronel Raul Cavalcanti e o Major Eduardo Scanoni, dia 04/09/2020 das 14h00min às 17h00min, a Coordenação Executiva irá se reunir com a Defensoria Pública de Pernambuco, no dia 09/09/2020, das 09h00min às 10h00min será com o Tribunal de Justiça de Pernambuco e no dia 11/09/2020 das 11h00min até as 12h00min com o CAOPIJ.

Eduardo Paysan informa que a Coordenação Executiva está trazendo institucionalidade fazendo as reuniões com as instâncias superiores dos órgãos de Sistema de Justiça e Segurança Pública, conforme orientação do Sr. Michael de Farias do município de Vitória da Conquista – BAHIA que participou de uma reunião do Comitê. A Coordenação Executiva está nessa busca de fazer essas pactuações, a fim de dar legitimidade a este Comitê e solicita a Tanany Reis que estava presente na reunião com a Polícia Militar de Pernambuco para fazer um breve resumo da fala, destacando que se viu a importância de envolver a Secretaria de Segurança Urbana através da Guarda Municipal, no qual entrou em contato com o Secretário



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Executivo de Segurança Urbana e encaminhou o link da reunião a um Inspetor da Guarda Municipal, indicado pelo mesmo.

Tanany Reis expressa que foi muito interessante o momento com os representantes da Polícia Militar de Pernambuco que inclusive estão compondo o comitê chamando a atenção à disponibilidade e a necessidade de se pensar na formação, colocada por eles mesmos a necessidade de afinar os conceitos e as orientações para que a conduta seja adequada no trato dessas questões do enfrentamento da violência da criança e do adolescente. E como foi dito por Roberta Sartori comunicou, já se tem outras reuniões marcadas, concretizando o que o Comitê tem deliberado buscando trazer para perto esses sujeitos seguindo a recomendação que o Michael de Farias na tentativa de articular com as instâncias superiores, porque antes de tudo há um conteúdo ético-político significativo que precisa da adesão institucional para que se possa caminhar. Reforça a necessidade de pensar no GT de formação, está cada vez mais referendado.

Roberta Sartori informa que o Major Eduardo Scanoni já está presente na reunião, passando a palavra para o mesmo. O Major Eduardo Scanoni externa sua satisfação de estar participando e pede desculpas pelo atraso que devido a algumas demandas de ordem pessoal impediram de entrar as 9:00 horas, mas que está à disposição para debater. Informa que já foi solicitado um documento ao Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco solicitando a permanência tanto do Coronel Raul Cavalcante como a dele, com a indicação para representação neste comitê.

Maria de Lourdes em complemento a fala de Tanany Reis, coloca que durante a reunião foram apresentados os programas que a Polícia Militar de Pernambuco já desenvolve e que durante a conversa surgiu à ideia de futuramente fazer o comitê estadual. Reforçando a fala de Tanany Reis no tocante ao GT de Formação, sendo de grande importância. Destaca ainda que esse Comitê está se ampliando com representações que se possa de fato não só pensar o fluxo, mas que de fato que ele se materialize e que possa integrar esse atendimento fazendo o diálogo com vários órgãos.

Roberta Sartori informa que o material do Comitê já foi encaminhado para o Major Eduardo Scanoni através do e-mail, e que este encaminhará para o e-mail do Coronel Raul Cavalcante, conforme acordado na reunião com ambos.

Eduardo Paysan reforça que o comitê está se esforçando, no sentido de que todas as representações façam suas indicações formalmente com titular e suplente, para que o COMDICA possa fazer a publicação no Diário Oficial do Município.

Roberta Sartori informa que a reunião é toda gravada com áudio e imagem e que a partir desta gravação, que se faz a sistematização através de ata, que será encaminhada para todos os membros.

Tanany Reis coloca que após a participação de Michael de Farias, se fazer o convite para as altas instâncias, ficando decidida a necessidade de articular com o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Ministério Público, sabendo que a sua representação é do TJPE enquanto CRIAR, mas não tem poder de mando algum. O CRIAR está compondo por estar no fluxo, onde foi feita a articulação com a CIJ-TJPE, com as Promotorias da Infância e Juventude e com a Vara Criminal. Neste sentido, terá reunião com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ministério Público e na data de hoje com a Defensoria Pública. Tanany Reis informa que participará desta reunião, mas que não se dispôs a participar das reuniões nem com o Tribunal de Justiça de Pernambuco e nem com o Ministério Público, porque não se sente à vontade.

Eduardo Paysan informa que o Sr. Lenildo Ferreira (Inspetor – Guarda Civil Recife) já se encontra presente na reunião, e solicita a apresentação do mesmo.

Roberta Sartori solicita que quem estiver com o microfone aberto, por gentileza desligar por está causando ruído, que dificultará a escuta do áudio no momento da sistematização.

Lenildo Ferreira agradece pelo convite de estar participando desta reunião do comitê e externa que a Guarda Municipal está aberta para o diálogo com toda sociedade, inclusive com setores de Rede e Proteção de Crianças e Adolescentes é uma expertise que a Guarda Municipal não tem e que, nesse primeiro momento, como porta voz do Comandante da Guarda e toda equipe, externa que quando forem finalizadas as indicações dos membros, entrarão evidentemente com todo afinco para contribuir com a sociedade recifense. É isso que a priore deixa como compromisso pessoal e de interlocução com a Guarda, externando mais uma vez sua satisfação e reconhecer que a sociedade vê a Guarda Municipal como um agente multiplicador de cidadania e que esse é o papel do Guarda Civil. Estando neste momento de diálogo para entender quais são os processos e onde ele se insere para esse fortalecimento da proteção das crianças e adolescentes no nosso município. Eduardo Paysan agradece ao inspetor pela participação e por sua contribuição e disponibilidade e pergunta se há mais alguma representação nova para se apresentar ou se tem algum representante da Secretária da Mulher e do Clarice



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Lispector. Diz ainda que entrou em contato com o Movimento Nacional de Meninas de Rua de Pernambuco, que, por sua vez, ficou de fazer sua indicação, como também com a Secretária de Educação para a indicação do NEVE, sendo que este já vem acompanhando as discussões do Comitê. Solicita que se não houver nenhuma representação para se apresentar, seguir partindo para a formação dos grupos de trabalho.

Roberta Sartori informa que não há mais apresentação de nenhuma representação.

Larissa Couto informa através do chat que é a representante da Secretária da Mulher e que a sua suplente é do Centro de Referência Clarice Lispector, mas que, ela não está presente na reunião devido uma demanda do Centro de Referência Clarice Lispector.

Eduardo Paysan informa aos novos integrantes que as reuniões estão sendo nas Sextas-Feiras na parte da manhã e, para dar continuidade aos trabalhos mais operacionais tiveram que se dividir em grupos de trabalhos, sendo que um deles é para a discussão dos fluxos de atendimentos e identificação dos gargalos da rede e outro sendo responsável para construção do Regimento Interno do Comitê, sendo este baseado no Decreto de Vitória da Conquista – Bahia, que já tem o Comitê instituído formalmente. Sugere que seja feito um informe de trabalho sobre o Regimento Interno e em seguida o grupo de trabalho sobre os fluxos e gargalos, para que possa socializar como está o andamento para todos do colegiado deste comitê.

Vesta Pires informa que ainda falta fazer as reuniões para dar andamento ao Regimento Interno e informa que ainda não há uma concretização da finalização do documento.

Roberta Sartori informa que ocorreu a reunião com os membros do GT do Regimento Interno e que está fazendo os ajustes que foram apontados na reunião, informando a Coordenação Executiva e que, inclusive, encaminhou os ajustes para a Coordenação Executiva para fosse feita a análise. Diz ainda que apenas Eduardo Paysan fez a leitura das alterações e encaminhou sugestões, no entanto, os membros que fazem parte do GT, ficaram de encaminhar conforme deliberado em reunião, até a data de hoje dia 04/09/2020. Explica que no Art. que trata das representações do Comitê dentro do Decreto, os membros do GT, não tinham feito às alterações e que a mesma tomou a liberdade de ajustar de acordo com a realidade de Recife, informando à Coordenação Executiva.

Eduardo Paysan pergunta se algum membro do GT de Fluxos e Gargalos ou da Coordenação Executiva gostaria de fazer um breve repasse da reunião.

Josinês Rabelo informa que conforme deliberado, foram feitos contatos com outros atores importantes para compor esse Comitê ficando agendadas as reuniões, com o objetivo dessas representações indicadas estejam presente nesse momento de construção da proposta deste comitê.

Tanany Reis acrescenta lembrando da pergunta do Augusto Souza feita na reunião do dia 24/08/2020, de como se ocorre hoje e o que tem sido feito? Essas perguntas foram bastante provocativas, além de outros questionamentos apontados dando uma ideia do desafio que é essa construção e fortalecimento dessa Rede, pois vai demandar tanto entendimento de cada ponto dessa Rede e de como se dará os nós de diferentes pontos, trazendo várias inquietações sobre as provas. Diz ainda o que chamou bastante atenção para o foco desse Comitê, de pensar em ações de proteção e cuidados para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para blindá-las de serem instrumentalizadas ou transformadas em simples objetos de prova e também a necessidade de fortalecer a polícia como um agente institucional fundamental para que possa trabalhar na coleta de outras provas. A questão do Judiciário também foi um ponto importante nessa reunião, embora que termos duas varas especializadas, é notório um distanciamento do início do processo até seu fim, como a demora de inquérito, do processo e de sua tramitação no Judiciário, que também é uma preocupação que está posta, mostrando novamente a questão da necessidade de uma formação e de mapear o que faz cada instituição para pensar nas contra-referências e na superação de sobreposições de ações. Também foi citado sobre as notificações e a escuta de adolescentes que cometeram atos infracionais e a preocupação de atendimento de crianças e adolescentes com deficiência. Josinês Rabelo reitera a dificuldade dos profissionais que estão no território como os agentes comunitários de saúde e NASF tem de notificar.

Eduardo Paysan informa que há uma demanda do Ministério Público sobre o aprimoramento dos fluxos de atendimentos em relação a notificação de crianças e adolescentes junto com a Vigilância de Saúde, dos Conselhos Tutelares que ainda vão se aprofundar havendo a necessidade da diversidade de representações neste Comitê partindo para um olhar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

seguimentado de diversos pontos desse fluxo que devem se conversar entre si, mas talvez possamos chegar a conclusão e fazendo a divisão olhando para cada fluxo. Foi encaminhado para o grupo do Whatsapp os fluxos de atendimento em relação aos mega eventos que foi construído no ano de 2014, publicado pelo CEDCA – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e solicita que todos que estejam no grupo dêem uma olhada, lembrando que o objetivo principal desse Comitê é a articulação entre os órgãos de Sistema de Garantia de Direitos, o aprimoramento desses fluxos, a compactuação desses fluxos e que cada um no seu lugar possa dar sua contribuição no aprimoramento dessa Rede e que cada profissional da Rede esteja devidamente formado, construir uma proposta de planejamento onde possamos estabelecer as prioridades e disseminar fluxos e informações e a formação de agentes dessa Rede. Traz uma lembrança em conversa com a Gerência da Criança e do Adolescente, que no ano de 2016, tiveram uma iniciativa de uma formação realizada, a professora Lygia Pereira da UPE – Universidade de Pernambuco em parceria com o CRIAR e Carmelita Maia deram a formação sobre escuta especializada para cerca de 30 (trinta) participantes da rede que envolvia, o CERCCA, DPCA, CRIAR a própria Gerência da Criança e do Adolescente, já sendo o pontapé inicial durante 03 (três) vezes durante a semana havendo um encontro para essa formação acreditando que possa replicar para outros agentes da nossa rede chamando a colaboração desses companheiros para o melhoramento da rede, e que todo mundo que está implicado para dar o melhor atendimento para as crianças e adolescentes.

Tanany Reis reforça que por questão de organização seria importante, separar por afinidades de áreas, porque talvez fique mais operacional para depois se articular nesse grupo maior, não sabendo como fazer esse agrupamento, mas talvez Roberta Sartori pudesse verificar esse agrupamento das afinidades por áreas nesse fluxo de trabalho interno para que possamos seguir.

Augusto Souza externa seu pensamento sobre a última reunião sugerindo uma discursão do cenário, de qual seria o seu papel no encaminhamento de criança e adolescente vítima ou testemunha de violência hoje por escrito isso para possa fazer a compilação, conseguindo ter a compreensão atual, concreta e prática do que cada representação neste Comitê faz quando uma criança em sua instituição seja vítima ou testemunha de violência, por onde ela chega e pra onde ela vai depois, visto que houve algumas falas em reuniões passadas sobre esse ponto, porém é preciso escrever para ajudar ao longo desse processo a construir uma segunda coluna que é o mundo ideal dentro da Lei 13.431/2017, qual é esse novo fluxo ou os potenciais fluxos pensando na não revitimização e no melhor interesse para a criança e adolescente e que talvez usando um instrumento colaborativo, este documento escrito partindo das instituições, colocando os fluxos para mantermos uma dinâmica nas reuniões plenárias, onde cada representação poderá fazer sua apresentação mais detalhadas, além do que foi escrito no documento, de como funciona na prática, quais são seus próprios desafios, gargalos, o que poderia ser melhorado, talvez seria uma maneira de darmos seguimento a essa discursão.

Tanany Reis sugere em relação às pontuações de Augusto Souza, que seja feito um formulário no Google e encaminhar para cada instituição e que se o mesmo já poderia sugerir algumas perguntas para esse formulário. Pensando na reunião realizada no dia 28/08/2020, não sabendo se caberia outra questão, em relação ao que as instituições pensam sobre a Lei 13.431/2017 e qual as apropriações se têm sobre esta, pois foi levantado como algo a ser sondado, mapeado, podendo a partir da ideia colocada por Augusto Souza, sobre a elaboração deste formulário e, no ato da apresentação dessas informações condensadas, se faça por área de atuação, porque conseguiria ter a visão do específico e também do todo naquela área.

Eduardo Paysan diz que achou excelentes as ponderações feitas por Augusto Souza e Tanany Reis, acreditando que possa operacionalizar uma sistematização de cada uma, bem simples e com perguntas mais centrais do que está sendo trabalhado. Lembra que Rita de Cássia compartilhou com o grupo que uma médica do IMPLAC já faz essa escuta. Pergunta se o IMPLAC poderia ser o órgão para que a próxima reunião compartilhe as experiências nesta escuta, sendo muito importante que quando há violência, a busca de vestígios dessa violência, sendo um órgão importante para o Comitê escutar.

Rita de Cassia informa que não participou da reunião passada devida uma cirurgia que foi submetida. Ela informa que no IMPLAC já se tem a escuta que é feita pela Dra. Eveline Monteiro que também faz parte desse grupo, os atendimentos acontecem em dois dias (Quartas e Sextas), por conta da pandemia, que inclusive outros médicos fazem também essa escuta, mas que diante do atual cenário, foi preciso organizar um fluxo para atender as crianças e adolescentes. Dra.





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Eveline Monteiro é médica Ginecologista, por isso foi designado para que ela atendesse essas crianças e adolescentes fazendo a escuta de cada situação do relato deles e das famílias e, a partir disso, dar seguimento aos exames, que a parte da qual Rita de Cássia faz, na parte de custódia, enviando para o Instituto de Genética para que sejam feitos os exames, obter os resultados, concluir os laudos e remeter para as delegacias e, a partir disto, ver a parte que compete ao Ministério Público. Reforça a importância da apresentação de todas as áreas que representam o Comitê, mostrando como funciona o fluxo de cada instituição.

Eduardo Paysan propõe que na próxima reunião Rita de Cássia e Dr. Eveline Monteiro fizessem uma apresentação de forma mais detalhada, esquematizada a experiência de ambas, para que possa dialogar de forma mais detalhada, que foi aceita.

Maria de Lourdes coloca que achou bastante interessante a sugestão de Tanany Reis, porque já havia recebido alguns materiais de extrema importância. Existem duas coisas fundamentais, que é a formação e de se fazer uma coisa simples conforme Tanany Reis pontuou na coleta de informações e fazer a sistematização por área de atuação, porque de certa forma, vai dar subsídio e poderá nortear o Plano de Trabalho, que também foi encaminhado e que se coloquem as atividades, os prazos, enfim e que se possa continuar nesse processo que já vem acontecendo com as comissões, para que, de fato, possam estar dialogando, não ficando apenas nos encontros.

Eduardo Paysan informa que a Rede de Enfrentamento a Violência Sexual a Criança e Adolescente de Pernambuco também faz parte desse comitê, mas também pensando nesses processos de violência sexual, também dentro da Rede, se vem pensando em uma formação sobre a Lei 13.431/2017, foi construída uma proposta que vai ser de outubro a novembro do ano corrente, convidando algumas pessoas que são de referência, pensando em um quantitativo inicial de participação para os membros do Comitê. Acredita que, em breve, deve dialogar quais as instituições que estarão participando dessa formação. Diz ainda que é uma iniciativa paralela, que se comunica com o Comitê, neste sentido da formação. Quando fechar a data e de quem vai participar, será colocado para os membros do Comitê.

Josinês Rabelo diz que as propostas apresentadas Tanany Reis e Augusto Souza são bem interessantes. Podem-se pensar quais as informações que se precisa de todos os atores presentes nesse comitê, sendo uma forma também desse levantamento não seja feito apenas pelo representante da instituição, mas fazer de uma forma que toda a instituição esteja envolvida nesse processo, porque quando vai se discutir os gargalos, as dificuldades, é interessante que seja discutido no grande grupo, no caso da instituição. Pergunta se será definido nesta reunião esse roteiro, esse cronograma de apresentação, sendo também interessante, como Tanany Reis sugeriu, pensar em fazer em blocos, sendo assim: saúde um dia segurança e justiça em outro dia, e assim por diante. Além do mais, esse levantamento que será feito do fluxo que existe é também uma forma de fazer uma sistematização do trabalho, porque é muito comum não sistematizar o que se faz, sendo este um produto muito interessante, uma caracterização do diagnóstico de como ter esse fluxo. Deve se começar a pensar do que se tem hoje, o que precisa ser melhorado, para que a construção seja feita de acordo com a realidade. Não se pode pensar em fazer algo que já se faz, mas é preciso avançar em outras coisas. Sabe que a notificação é importante, que sensibilizar as pessoas que estão nos territórios, onde as situações acontecem e elas precisam ser orientadas, as escolas, os postos de saúde, entre outros. Então, como o Comitê vai dar conta disso, porque o mais importante do que se criar uma proposta bonita, é preciso criar uma proposta que seja colocada em prática e que sirva realmente para a proteção das crianças e adolescentes. Tudo isso dará material para se pensar na formação, uma vez que as informações estão vindas das instituições, vai conseguir pensar o que é importante, além do que se sabe que seja necessário e que tem dentro do cotidiano prático das pessoas, dos sujeitos e das instituições.

Augusto Souza coloca como primeiro ponto em relação a sua fala anterior, sobre cada área e cada ponto se fosse escrevendo a partir da sua perspectiva, onde Eduardo Paysan exemplificou com o IMPLAC, que realizam um processo de escuta especializada. Faz um registro que não necessariamente a sua instituição, grupo que se trabalha, precisa fazer a escuta ou o depoimento, às vezes, pode ser apenas uma referência, pode ser apenas um primeiro atendimento, todas as partes desse fluxo são válidas e igualmente importantes, mesmo que seja apenas uma referência, só uma questão muito técnica na saúde, ou uma questão muito técnica da assistência, precisando mapear e entender todas as grandes partes dessa engrenagem que forma esse fluxo hoje, que vão formar esse fluxo a partir da Lei, porque precisa se garantir que todas as engrenagens estejam ajustadas e seguindo na mesma sintonia. Lembra de ter visualizado em uma das atas, que alguém da



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

educação iria passar a compor o Comitê, sendo um lado que ainda não foi discutido nas reuniões, mas sinalizado por várias vezes o quão é importante que a educação participe dessa discussão e desse fluxo, porque é um ator importantíssimo nesse referenciamento como parte desse fluxo. Outro ponto que acho excelente na sugestão de Josinês Rabelo é em relação a uma sistematização do que está sendo feito, porque não conhece outra capital no Nordeste e nem em outras regiões que esteja avançando de forma tão estruturada em relação à Lei 13.431/2017. Acredita que Recife, como historicamente já é pioneira em relação ao enfrentamento da violência de crianças e adolescentes, sendo mais uma oportunidade que as Redes de Recife têm de sistematizar um processo que possa servir de inspiração para outras cidades, podendo virar uma publicação, sendo bastante interessante, pensando no Brasil como um todo.

Alessandra Araújo fala da importância das questões norteadoras, porque falando pela questão da saúde, mas na saúde já se tem arcabouço de publicações, de questão de fluxos. A cada ano a questão de violência tem sido vista como uma questão complexa, que envolve vários setores a questão da intersetorialidade e que, cada vez mais, temos esse delineamento de fluxo. Na questão da notificação, se tem em Recife várias publicações ao longo dos anos, de guias de como pode ser esse atendimento a criança e ao adolescente vítima de violência. Existe uma publicação antiga, mas bem interessante da Dra. Carmelita Maia e Lygia Pereira, onde se têm vários fluxos bem desenhados, com o papel de cada parte da Rede. Diz ainda que, hoje, clareou mais em relação à contribuição de cada instituição, porque não tinha ficado tão claro que iriam fazer. Nós temos um desafio que é delinear essa política de atendimento a essa criança e adolescente vítima de violência no Recife. Existem várias publicações que podem estar seguindo a exemplo de do Guia Prático do CNJ, que é bem interessante por trazer um delineamento desde a questão do mapeamento, da articulação da Rede, o que é essa escuta e esse depoimento, comenta a própria Lei e o Decreto. Tem ainda vários anexos, inclusive, com uma sugestão de fluxos de atendimento, trazendo dois recortes, quando há Centro Integrado (como seria esse fluxo) e quando não há o Centro Integrado (qual poderia ser o fluxo). Teve ainda, uma reunião que foi muito produtiva com Michael de Farias, que encaminhou alguns materiais, que já delineando os fluxos e faz a seguinte pergunta: O Comitê irá se basear no que já está pronto e procurar se enxergar? Vai se construir um novo fluxo para aplicação dessa Lei aqui em Recife? Se as perguntas norteadoras podem subsidiar uma parte dessa construção, para que possa entender o que cada órgão faz, como de fato vê a Lei 13.431/2017, se com o que já delineado, cumpre ou não. Porque é um grande desafio, mas não se pode perder o norte, de está se baseando em alguns documentos existentes, inclusive uma proposta de fluxo nacional. Reforça a importância da capacitação da Rede para que faça essa escuta qualificada.

Eduardo Paysan informa que o comitê está em um processo de organização e de planejamento, tendo um grande desafio de sistematizar, se organizar e construir o planejamento e, ao mesmo tempo, trazendo as nossas representações e solicitando a compreensão de todos, por ser uma construção coletiva horizontal e que cada um se sinta pertencente a este processo de construção coletiva. Acreditando que, a partir de hoje, foram tiradas algumas sugestões de encaminhamentos bastante pertinentes podendo, assim, construir esse formulário no Google Forms para encaminhar para cada membro de cada instituição deste comitê, identificar a partir daí a atuação de cada um os possíveis gargalos. Neste momento não se tem mais tanto o que caminhar dentro do coletivo e apresenta como proposta manter as reuniões dos GTs de Regimento Interno e Fluxos e Gargalos na próxima semana, mas haverá uma reunião da Coordenação Executiva logo que encerrar essa reunião e já encaminhar esse formulário, para que possam responder se possível antes da próxima sexta-feira dia 11/09/2020, para que possa sistematizar e talvez dentro dos grupos de trabalho, se ter algum retorno e o processo de organização.

Maria Thereza reforça o ponto que foi comentado anteriormente sobre as crianças e adolescentes deficiente que muitas vezes são invisíveis, que para o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência é muito importante essa notificação e pergunta a Alessandra Araújo se o anexo da portaria Ministerial 737, de 16/05/2002, sobre a Política de Prevenção do Combate a Violência Doméstica, que prevê o diagnóstico, a notificação e o acompanhamento em crianças e adolescentes, jovens, mulheres, adultos e pessoas com deficiência, se está funcionando ou não, porque, em 2008, havia feito a pesquisa e não estava funcionando.

Alessandra Araújo informa que promove esse acompanhamento em Recife, porém com todas as questões e dificuldades que já foram mencionadas no grupo, hoje, têm o fluxo que é seguido a partir da própria linha de cuidado do Ministério de Saúde que coloca que a notificação dessa violência doméstica e sexual provocada, é uma questão prioritária, inclusive,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

deve-se dar a notificação compulsória imediata, com destaque na violência sexual e auto provocada, tendo a notificação e acompanhamento desde a base da rede a partir da porta de entrada, que seriam os PSF – Programa Saúde da Família. Os PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde, as UBS – Unidades Básicas de Saúde do Recife e, a partir disto, essa notificação como parte da linha de cuidado, do acolhimento, atendimento, devidos encaminhamentos, inclusive, com notificação ao Conselho Tutelar ou, na falta deste, aos demais órgãos cabíveis, ela têm que acontecer. Então, recebem na Vigilância Epidemiológica, as fichas epidemiológicas com essas notificações, verifica por essas fichas várias questões, inclusive, é pontuado o encaminhamento, vê o que está pontuado na Rede, quando é caso de mulher ou caso de criança, quando não se está claro o que ocorreu, porque, às vezes, na ficha falta o campo do encaminhamento ou outras questões, entram em contato com essas unidades de saúde e confirma-se se houve ou não essa notificação do Conselho e outras situações e esse encaminhamento a dificuldade é a questão da contra-referência, muitas das vezes, o retorno dessa informação tanto na rede como na Intersetorial. Muitas vezes, é notificado para outros órgãos, mas a Vigilância Epidemiológica, por algumas vezes, não tem clareza se esse atendimento é continuado ou não, mas se tem feito a capacitação da Rede para que esse acompanhamento aconteça. Tem unidades de referências para esse tipo de atendimento, como o CERCCA, que fica na Policlínica Lessa de Andrade, colocando que independente da Policlínica Lessa de Andrade, por ter o CERCCA como referência, mas todas as outras unidades precisam fazer esse atendimento, esse acolhimento as vítimas, tendo essa política implantada se discutindo a cada ano para implementar, inclusive, se adequando a Lei 13.431/2017, sendo o grande desafio de hoje.

Maria Thereza externa a felicidade da resposta dada por Alessandra Araújo e reconfirma sobre a notificação que foi perguntada, não era em relação ao atendimento ao diagnóstico e sim se na ficha de notificação quando pergunta se era criança, adolescente ou pessoa com deficiência estava sendo feito, pois na época que fez a pesquisa enquanto médica, inclusive entrando nos ambientes que poderia procurar mais de perto, existia a pergunta, mas não era respondida.

Alessandra Araújo complementa que em relação à pessoa com deficiência tem reforçado nos momentos de capacitação a necessidade do adequado preenchimento desses campos, mas de fato ainda existe um grande número de fichas e notificações que essa questão vinha ignorada (em branco), assim também como a questão de raça/cor. Foi realizado todo um trabalho para que esse último campo raça/cor fosse preenchido, inclusive, conseguindo uma melhora significativa, como também tem reforçado a questão do preenchimento adequado desse campo de informação, tendo, inclusive, nos dados do perfil, onde aparecem alguns dados dessa criança, adolescente, pessoa vítima de violência que também é pessoa com deficiência.

Augusto Souza comenta que é uma questão que está surgindo agora, mas que já é antigo e que será preciso enfrentar dentro do Comitê, que tem a ver com o sistema de informação e dados e o não cruzamento desses dados, não integração desses dados, saúde tem seu próprio sistema de notificação que está longe de conversar com sistema da assistência, no Judiciário já se tem outra coisa, os Conselhos Tutelares tem o SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência, sendo a utilização deste um problema por si só. Então, fluxos integrados na perspectiva da Lei, é uma conversa que também passa pela informação, pelo sistema de informação, pelo fluxo de informação. Sistema que sejam públicos, para quem deve ter o acesso, não podendo ter a informação sigilosa da criança e adolescente vítima de violência disponibilizada em nenhum lugar. O CREAS vai reportar dentro do prontuário eletrônico do SUAS no seu RMA – Registro Mensal de Atendimento, a saúde estará utilizando seu próprio sistema DATASUS – Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde do Brasil, como se integra que aquela criança em uma perspectiva de dado e de informação? Como acompanhar isso pelos diferentes sistemas? Como se pensar em política pública, se não se tem esse sistema integrado, a um lugar que se procure a informação se consegue, independente da Rede que ela está passando agora, seja assistência, seja saúde. Então é uma discussão interessante, que futuramente de alguma forma vai precisar enfrentar.

Vanessa Karla coloca que a questão da notificação sugere é algo que já foi colocado por ela e por outros membros, sendo um desafio ainda para a Rede, falando enquanto CREAS. Em termos de notificação, o CREAS utiliza a notificação através do formulário de encaminhamento ao Conselho Tutelar, vendo que é o mesmo é uma porta de entrada na situação de violência, tendo um fluxo de compartilhar com o Conselho Tutelar e DPCA, paralelamente, havendo espaço para se discutir de este seria o fluxo ideal, porque diante de ausência de retornos de situações urgentes, prefere fazer essa garantia, esse compartilhamento para ambos. O formulário do SINAN – Sistema de Informação de Agravos e Notificação não é



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

adotado em 100% das equipes, porque acham complexos, informações que são da equipe de saúde e, por sua vez, a equipe da Assistência não domina, mas alguns servidores fazem a notificação no do SINAN em formulário específico, não sendo padrão, mas sendo todos os servidores do CREAS, deixando os dados de fato subnotificados, agora chega para a equipe de Saúde, através de relatórios técnicos, acaba que se faz um link com a saúde da criança, que é um departamento específico dentro do município específico para situações de violências de crianças e adolescentes. Na Assistência Social, tem uma Gerência de Vigilância Socioassistencial que copia os dados através do RMA – Registro Mensal de Atendimento -, que são feitos nos CREAS e conseguem filtrar também as informações de crianças e adolescentes em situação de violência diversas. Coloca como sugestão um formulário único, que consiga fazer que seja compartilhada com a Saúde, Assistência Social e transformar em dados que irão gerar informações mais consolidadas para o município, dando visibilidade com os Ministérios que financiam as políticas. E nesse formulário, que pudesse fazer a integração com a Rede, pesando como Augusto Souza mesmo colocou, em como inserir esse formulário, precisando dessa unidade por não existir, nem de fluxo e notificação e não havendo uma adesão pelas equipes de retaguarda da assistência, porque fazem críticas ao formulário que estão postos hoje, a exemplo do SINAN porque, de fato, tem uma ficha bem densa mesmo. Então poderia estar pensando enquanto grupo neste formulário, que poderia servir de registro de informação para um sistema que se sabe, que será preciso alimentar, tanto para a assistência como para a saúde neste primeiro momento, já que SIPIA não é alimentado dentro do Conselho Tutelar, porque seria outro sistema a ser alimentando e poderia servir de retaguarda para unificar esse canal de comunicação de notificação, com informações precisas, resguardando o sigilo, pois nem tudo pode está sendo colocado, mas que tivesse informações para que a Rede de Proteção pudesse estar conhecendo o caso e intervindo da melhor forma e evitando também que a criança e sua família sejam escutadas, por diversas vezes, na perspectiva de uma inquirição que não é o que a Lei quer. Diz ainda que existe outro desafio, que é fazer com que os profissionais façam a aplicação, porque, às vezes, mandam os relatórios técnicos sem a assinatura do servidor para a DPCA. Vanessa Pessoa coloca ainda, que uma técnica de serviço Dideanne Nunes, que faz parte deste comitê, que pode trazer um pouco da experiência e desse lugar do assistente social na execução direta e do acompanhamento, porque existe uma dificuldade da assistência e de vários atores da Rede, inclusive, visualizado no GT de Risco. Percebe-se que mesmo o próprio Conselho Tutelar coloca como vão notificar a exploração em uma área que moram, precisam fazer um caminho que não se impliquem diretamente enquanto servidor, mas enquanto instituição, podendo notificar se resguardando enquanto servidores. Diz ainda que tem orientado as equipes CREAS que estão sentido insegurança, não estão querendo colocar seu nome e seu registro profissional, porque vai para processo e a família pode ter acesso às informações, não tem nenhum problema, pode sair um documento do Gabinete da Secretaria, mas que se tem a obrigação de notificar, não podendo ser omissos diante das situações de violência e exploração sexual, sendo o que cabe, sendo ainda um desafio essa discussão de destravar essa publicização da situação de violência. Faz a leitura do chat da colocação do conselheiro tutelar Ozéias Paulo, que estão em formação para o uso do SIPIA.

Eduardo Paysan coloca como excelente a contribuição feita por Vanessa Pessoa, acredita que possam buscar uma pactuação desses fluxos e desses instrumentais, até com foi falado com a presença de Dideanne Nunes representando o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, para que possamos levar para essas instâncias para buscar essa uniformização de instrumentais e informação necessária para cada servidor para que possa utilizar esses instrumentais e alimentar de forma adequada, com propriedade, assim como Alessandra Araújo e Maria Thereza demonstrando a preocupação. Diz ainda que Ozéias Paulo colocou que o Conselho Tutelar está em formação para o uso de 100% do SIPIA, que é pertinente ao órgão, solicitando a importância do conselheiro tutelar compartilhar com todos os membros. Informa que Ozéias Paulo está sem microfone, não podendo falar. Diz ainda, que Alessandra Araújo disponibilizou o link em relação aos últimos dados das notificações do CIEVS Recife com vários campos sobre violência contra crianças e adolescentes e que irá compartilhar no grupo do whatsapp do Comitê: <https://cievsrecife.files.wordpress.com/2020/05/violc3aancia-sexual-contra-crianc3a7as-e-adolescentes-no-recife-18.03.2020.pdf>

Paulo Fernando pontua que a preocupação de Maria Thereza é muito pertinente e que a fala de Eduardo Paysan é muito interessante em relação à formação e o instrumental que deve ser unificado para a questão da identificação dessa criança e desse adolescente vítima de violência. Traz a preocupação em contribuição a fala de Eduardo Paysan em relação à pessoa





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

com deficiência, que foi discutido na última reunião do GT de Fluxos e Gargalos. Essa formação para quem vai receber esse fluxo, para quem vai atender os casos, porque se tem um campo que vai ser preenchido, acrescentaria um campo qual é a deficiência, para quem está preenchendo ter a noção do que é uma pessoa com deficiência. Coloca, como exemplo, uma pessoa que tem uma visão monocular enxerga por um olho e o outro enxerga normal, essa pessoa não é considerada com deficiência, assim como uma pessoa que usa óculos, também não é uma pessoa que possui deficiência visual, tem a acuidade visual definida por Lei. Essa definição do que é uma pessoa com deficiência, como se identifica uma pessoa com deficiência, dentro dessa formação será bem interessante e que se consiga contribuir de alguma forma para quem estar nesse atendimento ter o mínimo de conhecimento. Estão a nível federal discutindo um modelo único para avaliação de pessoa com deficiência, precisando está neste processo de formação, pois vão surgindo algo novo e, muitas vezes, as pessoas desconhecem. A terminologia correta é pessoa portadora de deficiência? Tem necessidade especial? A Legislação hoje já é bem completa em relação a isso. Reforça, mais uma vez, a importância da formação, o instrumental a ser utilizado de forma que possa assegurar a identificação da pessoa com deficiência.

Ozéias Paulo fala que os conselheiros tutelares passaram por uma formação há, mais ou menos, 01 (uma) semana, com o pessoal de Brasília, por vídeo e, a partir disso, tiveram uma boa noção do que é o SIPIA. Sabe que o SIPIA tem várias telas, mas que já estão simplificando para ficar acessível e ter a utilidade do mesmo, para que, de fato, fique funcionando em 100%. Já disponibilizaram uma senha provisória para os conselheiros tutelares, para que possam ficar treinando e a partir disto, colocá-lo para funcionar. A meta é que o SIPIA esteja funcionando, de imediato, mas ainda estão em processo de formação e com a pandemia estão acontecendo os cursos online, mas, posteriormente, verão a possibilidade de ter o treinamento de forma presencial e quando estiver tudo pronto, será sinalizado para o sistema de garantia para que essas informações fiquem mais acessíveis para todos.

Eduardo Paysan coloca que apesar das dificuldades e dos entraves, mas que estão se adaptando e cada um se comprometendo mesmo com todas as limitações para que possam dar o melhor atendimento possível. Diz estar bastante satisfeito com o caminhar com relação ao SIPIA, sendo um meio de informação muito importante, não só para registros, mas para gerar relatórios, compartilhar os encaminhamentos junto aos outros órgãos, sendo importantíssimo para o fortalecimento das políticas públicas de atendimento de crianças e adolescentes, dos atendimentos prestados pelos Conselhos Tutelares, gerar dados de atendimentos, poder visibilizar e trazer para o Conselho Municipal, pensando nessa política pública se dará conta ou não, o que precisa ampliar e dialogar em cada entrave ou dificuldade nesse atendimento.

Augusto Souza comenta sobre o SIPIA, visto que estava navegando por ele esta semana fazendo a busca dos municípios de Pernambuco que já fazem o uso do sistema e diz que ficou muito surpreso com Garanhuns, que usam bastante o sistema desde 2019. Diz que está fazendo esse comentário, porque, talvez seja interessante trazer de outros municípios para fazer a troca, visualizando o que funciona ou não, dicas de funcionamento, não sabendo talvez se pelo Fórum Colegiado de Conselheiros/as, representando por André Macaxeira, caso ele tenha o contato, poderia ir atrás, caso contrário se coloca à disposição para fazer.

Eduardo Paysan diz que existe uma Coordenação Estadual do SIPIA, mas acredita que exista a dependência de Brasília com relação à liberação de senha, podendo também somar nesses encaminhamentos. Acredita que Recife tem um histórico de que tinha um sistema próprio e, até aderir ao SIPIA, demorou um pouco, por isso que Recife se atrasou um pouco em relação a esses encaminhamentos, mas o bom é que está caminhando. Informa que a Coordenação Executiva irá se reunir rapidamente, com os encaminhamentos pensados nessa reunião, reforçando que na próxima semana se mantém as reuniões das 09h00min às 10h30min Regimento Interno e das 10h30min às 12h00min Fluxos e Gargalos. Diz ainda, que se algum membro que deseje participar de um dos GT's pode se colocar no grupo do whatsapp que serão adicionados, mas que os links das reuniões são sempre disponibilizados para todos. Deverá ser encaminhando o formulário Forms, para que possam responder, solicitando que se tenham o maior nível de respostas possível e de forma bem breve, para que possa se organizar por unidade enquanto Comitê. Informa que a representação da educação estava presente na pessoa de João que compõe a coordenação do NEVE – Núcleo de Enfrentamento à Violência Escolar, mas no entanto houve uma mudança dessa coordenação e Rossana Tenório que irá participar, mas hoje ela tinha uma reunião já agendada não podendo estar presente hoje, mas que ela estará nas próximas. Diz ainda que têm as representações da Escola que Protege, não estando



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

presente na data de hoje, mas que segue acompanhando. Agradece a participação do Major Scanoni, Inspetor Lenildo Ferreira e a todas/os que estão chegando hoje, sejam todas/os bem-vindas/os.

Major Eduardo Scanoni agradece e fala que está se ambientando com a discussão, para que possa se emponderar de toda a temática e poder fazer uma boa representação institucional junto ao Comitê. Diz, ainda, que prefere esperar a indicação oficial da representação, para em seguida se integrar em um grupo de trabalho.

### **DELIBERAÇÕES:**

- CRIAÇÃO DO FORMULARIO E ENVIO PARA OS REPRESENTANTES

### **INFORMES:**

- \* Roberta Sartori reforça que a sistematização da ata será feita através da escuta do áudio, chat e anotações;
- \* Confirmação do recebimento da ata, além de sinalizar através do e-mail, em caso de acréscimo e/ou supressão;

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às 11h15min.

**Técnica responsável: Roberta Sartori**

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

**Relatoria: Luiz Eduardo**

22/09/2020